

Natureza política e sustentabilidade: limites e horizontes

Political nature and sustainability: limits and horizons

Luciana Souza Bragança, Marcela Silvano Brandão Lopes, Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara de Oliveira Assis

Natureza política e sustentabilidade: limites e horizontes

O conceito de Natureza não é natural, e sim uma construção social, visto que toda sociedade, toda cultura cria e institui uma determinada ideia de Natureza (PORTO-GONÇALVES, 1998). Assim, é possível afirmar que o termo Natureza é uma criação cultural e humana (DUARTE, 2005). Para Bispo (2015), o entendimento do termo natureza desconsidera em sua definição outros cosmos, é produzido a partir de um ponto de vista único, sobre bases cosmo-fóbicas. Para outros cosmos, onde a separação entre humanos e não-humanos é irrelevante, o termo natureza sequer tem sentido. É pertinente também afirmar que existem diversas possibilidades, com significados abrangentes e dependentes do objetivo e dos interesses envolvidos, atravessados, inclusive, pelo processo colonial que privilegia algumas acepções. É a esse processo colonial que interessa separar aliados, rivalizar pautas complementares como direito à cidade, direito à moradia e lutas ambientais.

A partir dessa incapacidade do termo natureza de abranger a todos, sejam eles não-humanos, humanos ou aqueles “nem tão humanos assim” pois não estão inseridos nos processos neoliberais, que foram elaboradas as questões discutidas na mesa de abertura do seminário: Rupturas e Reparações, tendo como campo a cidade e a produção, o planejamento e o projeto do espaço urbano. As questões levantadas pelo programa Natureza Política se apresentam decorrentes da prática da extensão que desenvolvemos até agora. Elas serão

apresentadas no livro para abrir a discussão e reconstruir o percurso das reflexões que se apresentaram ao debate e foram gestadas na extensão, no ensino e apoiadas pelas pesquisas associadas.

Partindo do pressuposto que a metrópole contemporânea tem seu funcionamento e a estruturação de seu espaço diretamente vinculada a um conjunto de forças e dinâmicas advindas dos interesses do capital, é preciso compreender como tal vínculo se dá sob os preceitos da razão neoliberal. E para sustentar tal compreensão, recorrer-se-á ao conceito de “racionalidade política” ou “racionalidade governamental”, desenvolvido por Michel Foucault (2008). Para o filósofo, a noção de “governo” está associada à atividade de reger a conduta dos homens, a partir de técnicas diversas para governar, que atuam em domínios variados, tais como, escola, exército, fábrica. Para além de ser uma ideologia ou uma política econômica, trata-se de uma “racionalidade”, ou seja, de uma atividade de governo que organiza e estrutura a conduta dos homens, por meio de técnicas de dominação exercidas sobre os outros e de técnicas de si.

No que se refere à “racionalidade neoliberal” vigente, Dardot e Laval (2016) afirmam que a concorrência é o seu princípio universal e que o “sujeito empresa” é a figura central dessa racionalidade, um sujeito cujo desejo não é simplesmente afetado pelo apelo do consumo e da competição, mas também produtor de um estar no mundo baseado na eficiência e na acumulação individual. Aparentemente, o novo jogo neoliberal é aberto a todos, bastando aprender as suas regras para entrar nele. Entretanto, tais regras são construídas e legitimadas por meio de dispositivos de poder, que são cada vez mais subordinados à lógica do capital, ou seja, não há liberdade de fato. Essa mudança afeta de tal maneira o jogo democrático, que, segundo

esses intelectuais, estamos vivendo atualmente em uma “era pós-democrática” (DARDOT, LAVAL, 2016).

Como possibilidade de se contrapor à racionalidade neoliberal, Dardot e Laval afirmam ser preciso a construção de uma outra razão do mundo — uma “contraconduta”, capaz de se apresentar como oposição aos procedimentos de condução postos e como modo de se conduzir em relação aos outros: “a contraconduta como forma de resistência a essa governamentalidade [neoliberal] deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 400). Vale lembrar que o próprio Foucault (1979) já anunciava a mão-dupla que se estabelece em uma relação de poder: “lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1979, p.90).

No contexto latino-americano, entende-se que a colonialidade faz parte do projeto civilizatório da modernidade como forma de poder. A matriz colonial se baseia na naturalização de determinadas hierarquias: territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero. Ao se espacializar essa forma de poder produz-se subalternidade e obliteram-se conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles que são dominados (MIGNOLO, 2004 e ESCOBAR, 2016). A cidade formal é pensada a partir do colonizador, o que por sua vez, possibilita a reprodução e a manutenção das relações de dominação ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social e essas relações de poder se transformam em espaço. Assim se dá tanto para o que diz respeito à moradia para aqueles nem tão humanos assim, quanto para a concepção do termo natureza que separa de um lado humanos no

polo da cultura e não-humanos no polo da natureza (LATOURE, 1994), ambos negligenciados em políticas públicas.

O paradigma do outro, pensamento proposto por Mignolo, abre a discussão para o entendimento dos territórios não formais da cidade sob a perspectiva da criação, da possibilidade e da diversidade em contraponto ao espaço moderno aos moldes do colonizador. Junto a esse paradigma os Pensamentos da Terra gestados pelos povos latino-americanos que tem na terra sua forma de estar no mundo confrontam os estudos ambientais ligados à sustentabilidade na medida em que mantém uma forte referência do lugar e suas práticas (ESCOBAR, 2008). “A luta pelo território transforma-se em luta pela autonomia e autodeterminação, em última análise também uma luta por todos os seres” (BRAGANÇA, 2021).

Nesse ponto é revelador entender, junto a Stengers (2002), que o capitalismo nos enfraquece, pois mata os possíveis e também a política, quando nos tolhe o pensamento com a profusão de desejos já prontos e desqualifica o outro como possível construtor do próprio desejo, dialogando, dessa maneira, com o conceito apresentado por Dardot e Laval (2016) a respeito da racionalidade neoliberal. Procurar e reafirmar essas outras existências, outros possíveis no território é, pois, um ato político de resistência, seja ela confrontativa ou não (BRAGANÇA, 2021). Para o autor decolonial argentino Walter Mignolo (2004), a colonialidade moderna não se inscreveu em um espaço vazio de significação. Mas sim em territórios onde humanos e não-humanos se relacionavam e onde o termo natureza sequer faz sentido. A pesquisa dos jardins, que está associada à atuação do grupo, pode ser um exemplo disso, pois ao mapear e trazer a luz territórios onde essa separação não é operada questiona a extensão dessa ideia ex-

cludente de natureza. Por isso também, “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, pois não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (MIGNOLO, 2004).

Com relação ao Brasil, é possível identificar uma r-existência cotidiana, potente e subversiva em várias situações. Nas ocupações urbanas autoconstruídas, por exemplo, essas re-existências atuam como oposição a uma organização fundiária excludente ao transformar um terreno ou edifício que não cumpria sua função social, em outro, repleto de significações de ordem prática e subjetiva. Aparece também nos jardins cultivados nas casas e em áreas remanescentes onde o relacionamento multiespecífico se dá de forma não hierárquica e grandes conceitos como ecologia ganham significado cotidiano e fazem surgir na trama urbana mundos pouco vistos ou considerados no pensamento sobre o urbano.

No que diz respeito à questão ambiental, embora seja clara uma disputa de território nas cidades brasileiras entre água, mata ciliar, vegetação nativa, animais e os moradores que ocuparam esses territórios ambientais, não é fato que a população seja responsável individualmente por essa questão. A separação ontológica operada pela natureza moderna e a disputa por mais natural que se faça parecer não é absoluta. Ela se dá pela falta de alternativas de moradia para a população de baixa renda e faz com que essas disputas aconteçam com bastante frequência. Também a sujeição dos não-humanos, sua transformação em “bens naturais” e a completa desconsideração de sua alteridade ajuda a aprofundar problemas ambientais e a fomentar essas disputas por territórios (BRAGANÇA, 2021). Essa situação se dá pela exclusão em nossas cidades tanto de alguns humanos, que

para autores como Bispo (2015) estão mais perto das coisas, quanto de não-humanos, sendo aprofundada pela separação deles nos polos natureza e humanidade. É importante para o debate aqui proposto entender que essa separação não é universal e que a criminalização dessa população vulnerável demonstra racismo ambiental. Assim é premissa para nós do Programa Natureza Política que a questão ambiental precisa ser debatida em conjunto com a questão habitacional.

No planejamento das cidades o entendimento moderno de uma natureza a serviço do homem domina as propostas que podem também ser entendidas como cosmofóbicas. Entretanto, as contraconduas acontecem e são com elas que o programa atua. “No nosso mundo ocidental o processo de sedimentação da ideia de uma natureza objetiva e exterior ao humano e a ideia de humano não natural e fora dessa natureza teve início na era medieval onde foi gestada essa separação e se aprofundou principalmente com a industrialização” (BRAGANÇA 2021). A “humanidade do humano é, também, a trágica consciência da invenção moderna da exterioridade da natureza e da exclusão social” (HISSA, 2008, p.261). No conceito moderno de natureza ela é aquilo que se opõe à cultura e ao humano (LATOURET, 1994). Pessoas e os outros seres são afastados numa relação hierárquica.

“A aposta no crescimento ininterrupto que pressupõe o modelo capitalista e a conseqüente predação do planeta amparada na natureza excludente estão na raiz das questões que são levantadas ao se discutir ecologia, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável” (BRAGANÇA, 2019). A Organização das Nações Unidas, através de um relatório, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, definiu os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. “Desenvolvimento sustentável é aque-

le que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2018). Esse conceito foi atualizado em 2002 na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para: “O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra” (ONU, 2018). Entretanto as respostas propostas a essas questões não abriam mão do crescimento econômico ininterrupto como norteador das soluções. São esses conceitos, que surgem nas conferências e que, na cidade, abordam esse entendimento e direcionam a política urbana. Essas relações baseadas no desenvolvimento sustentável e mais recentemente na economia verde podem reforçar, ao invés de questionar os desafios, pois pressupõe a manutenção, a sobrevivência, e não a inviabilidade do capitalismo predatório (BRAGANÇA, 2021).

Um novo papel do estado emergiu na década de 90 com a incorporação da participação da sociedade como um dos elementos do desenvolvimento sustentável muito baseada na ideia de governança e de um estado mínimo neoliberal. Costa (2008) e Herzog (2013) apontam também uma nova ética do discurso onde formas mais solidárias de vida social aparecem. Mas novamente há uma dificuldade em enfrentar e combater a assimetria de poder. Para Acselestad (2015) questionar o conceito de sustentabilidade à luz das desigualdades econômicas, sociais e culturais traz ao debate a importante questão de para quem é posta a sustentabilidade. Para o autor, mesmo que o discurso econômico tenha melhor se apropriado do termo, a noção de sustentabilidade está em disputa, abrindo-se uma luta simbólica entre diferentes práticas e formas sociais como portadoras da

sustentabilidade. Outra questão que fica à margem desses temas “é a existência de outras cosmologias e outras ontologias onde essas questões têm outros entendimentos. A agência de outros seres e seu papel relevante na vida da Terra também são completamente ignorados” (BRAGANÇA, 2021).

Enquanto os ecologistas falam do uso racional dos recursos naturais e das condições de sobrevivência de todos os seres vivos, os economistas se preocupam com o preço e com o valor de troca das mercadorias. Nesse sentido vale entender que expressões como desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade carregam em si contradições relevantes exponenciadas pela razão neoliberal. Numa sociedade onde a generalização das relações mercantis é a tônica, o ecológico fica subordinado ao econômico e o sustentável se afasta desse ecológico (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.113).

Uma tese muito difundida entre os ecologistas é a de que o homem está destruindo a natureza, todavia essa afirmação mais confunde do que esclarece no sentido de uma prática socialmente justa e ecologicamente responsável. É relevante entender que a individualização das questões mascara as grandes ações antropocêntricas devastadoras para a Terra e concentradoras de riquezas como a urbanização modernizadora, a exploração mineral. Retoma-se aqui a dimensão técnica da sustentabilidade, uma abordagem equivocada uma vez que desloca para o campo técnico um problema político e para o campo individual uma questão coletiva (BRAGANÇA, 2021).

Numa abordagem mais local construída pela pesquisa Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas que cartógrafa os inventos cotidianos constituídos numa lógica do reaproveitamento, é sabido que as certificações emitidas para edificações são, via de regra, ancoradas

nos pressupostos da ciência e do mercado, norteadas por referências técnicas e científicas, e balizadas por parâmetros econômicos associados à geração de lucro e benefícios financeiros. A obtenção desses certificados gera uma capitalização das vantagens obtidas, na medida em que elas são transformadas em “diferenciais de projeto”, agregando valor comercial ao imóvel e maior lucro para as empresas fornecedoras. Ou seja, aquilo que é anunciado como ecologicamente correto paradoxalmente contribui também para preservar e alimentar a própria máquina do consumo, entendido aqui como sendo o verdadeiro problema do meio-ambiente, não apenas pelo seu caráter predatório e extrativista, como também pela exclusão social que produz. Nessa matemática perversa, a exclusão do debate de qualquer variante social, cultural e/ou política associada ao assunto é amparada, em algumas situações, pelos avanços tecnológicos, que funcionam como fortes avalistas, capazes de justificar e respaldar todos os disparates possíveis. Quando se tenta aplicar aos territórios auto construídos os preceitos desses certificados, possivelmente nenhuma solução autoconstruída atenderá os critérios exigidos, ou seja, serão classificadas como sendo “insustentáveis”, e para agravar, seus moradores e autoconstrutores são vistos como invasores de terra sem consciência ecológica. Mas se o olhar sobre tais conflitos for realizado sob lentes desenvolvidas anteriormente, o entendimento será outro, e, consequentemente, se abrirão outras possibilidades urbanísticas e arquitetônicas para as melhorias que se pretendem.

As ocupações organizadas por movimentos sociais de luta, realizadas em terrenos ociosos ou de prédios abandonados nos centros urbanos brasileiros, são, atualmente, um fenômeno forte e de grande repercussão. Pode-se afirmar que essas ocupações configu-

ram um movimento contra hegemônico de resistência e de invenção potente pela moradia, na medida em que questionam principalmente a propriedade especulativa e as políticas habitacionais, valendo-se do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal de 1988, a partir do artigo que versa sobre a Função Social da Propriedade. No município de Belo Horizonte, esse processo se iniciou com uma dissidência do processo participativo para a habitação desenvolvido sob a gestão do prefeito Patrus Ananias, a Ocupação Corumbiara. Entretanto, foi a partir do ano 2010 que as ocupações em Belo Horizonte passaram a acontecer de maneira mais contundente e planejada. A presença de arquitetos e urbanistas nesses processos não é condição para que as ocupações ocorram, mas ela pode acontecer por meio de parcerias dos movimentos de luta pela moradia com coletivos (LOPES, 2015).

Na necessidade, não raro, acontecem ocupações em áreas de Proteção Permanente, surgindo aí um embate entre a luta pela moradia e os esforços para a preservação das áreas de proteção ambiental remanescentes no meio urbano. Todavia tal conflito não é exclusivo das regiões ocupadas pela população pobre. Há também, nas áreas nobres, uma tentativa por parte do mercado imobiliário de ocupar essas regiões, provocando muitas vezes intensa verticalização, baixa taxa de permeabilidade para a água e degradação de vegetação e biomas naturais, ignorando a alteridade dos não-humanos e a importância de um convívio mais harmônico para a qualidade de vida de todos. As construtoras pressionam o zoneamento ambiental tentando construir exceções legais, exercendo influência por meio de vereadores eleitos por seu financiamento que defendem seus interesses e do poder econômico (LOPES et al., 2018).

Se a ocupação desses espaços das plantas, animais e água

ambientalmente importantes nas cidades acontece, as práticas de relacionamento entre humanos e não-humanos também sobrevivem. Por meio dos jardins¹, territórios ambientais são preservados, conhecimentos tradicionais sobre as plantas e animais são mantidos, a medicina tradicional apoiada em conhecimentos botânicos ancestrais sobrevive, a alimentação dessas populações é complementada, as plantas ornamentais criam espaços de prazer e convívio, os animais podem sobreviver, a água encontra caminhos de infiltração. Essas outras práticas se espacializam mesmo sem uma confrontação direta e são resistentes pela sua existência e constituem territórios e territorialidades multiespécies (BRAGANÇA, 2021). Já a pesquisa Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas cartografou uma rede de reciclagem e reaproveitamento de materiais da construção civil descartados nas caçambas inclusive por construtores que possuem selos e certificados ambientais, atividade tão recorrente nos territórios autoconstruídos, e que está associado à sustentabilidade resistente vivenciada no cotidiano.

Dentro dessa perspectiva, os territórios de atuação do programa — bairros de Belo Horizonte, áreas remanescentes, ocupações urbanas — podem ser entendidas como estratégias territoriais, práticas socioespaciais de resistências e r-existências decoloniais de grupos sociais, e também de não-humanos ainda que seja uma territorialização precária ou uma forma de escapar da precarização territorial e da predação ambiental (HAESBAERT, 2009). Importante

¹ Para a pesquisa os Jardins englobam os territórios multiespécies (de plantas animais, água, terreno, sol e humanos) onde humanos e não-humanos convivem diretamente e se relacionam com os não-humanos sem intermediação ou por meio da divisão de trabalho. São um micocosmo do infinito, uma cosmologia, uma representação de mundos (BRAGANÇA, 2021).

ressaltar que muitas dessas ações são protagonizadas por mulheres que possuem uma forte presença na organização comunitária de seus bairros e das ocupações, mobilizando afetos ligados ao cuidado e ao compartilhamento nas práticas do seu cotidiano.

Diante do exposto, nos interessa aqui investigar mecanismos possíveis para que as resistências (ou potências) sejam articuladas, a ponto de configurarem uma conduta, ou uma contraconduta. A necessidade de trabalhar essa questão torna-se ainda mais pertinente se entendemos que as dinâmicas do capital imobiliário e do neoliberalismo, que resultam nas cidades mercado, são a causa e a consequência dos conflitos aqui analisados. Cidades onde o avanço dessa prática provoca a perda de espaços para morar da população pobre nos centros urbanos, forçando a migração desses grupos para regiões não especulativas, não ocupadas e sem cumprir a função social ou que o zoneamento urbano não permite ocupação incluindo aqui as áreas de Proteção Ambiental. Faz também com que os não-humanos englobados no polo da natureza sejam objetos explorados e com os direitos aos seus territórios ignorados ou confrontados com os mais vulneráveis em disputas. Assim possíveis aliados são separados, pois tem igual relevância separar em lados opostos a luta por moradia e pelo meio ambiente fomentando conflitos. Trata-se de um princípio que se aplica a diversas situações na cidade, e que se relaciona, fundamentalmente, à separação ontológica operada pela ideia de natureza na modernidade e agora aprofundada pelo neoliberalismo em seu impacto na vida cotidiana e na reprodução social de forma ampla.

Para De Certeau (1994) há sempre algo que escapa aos dispositivos de poder e controle identificados por Foucault (1979), te-

ríamos então as maneiras de fazer das práticas cotidianas, cuja capacidade de subverter está no seu funcionamento silencioso e na sua atuação nas brechas do sistema hegemônico. Dialogando nesse entendimento, Deleuze (2006) afirma que as resistências podem ser engendradas em um outro eixo, fora do jogo entre o poder-saber, que funciona simultaneamente ao das relações hegemônicas, sem necessariamente anulá-las, mas impedindo que haja um impasse. Pelbart (2011) resume bem essa dinâmica, e encontra um termo que explicita a positividade dessa força, “biopotência”, ou seja, potência da vida. Como contribuição dos jardins a consideração da alteridade de outras formas de vida que não a humana nessas disputas amplia a discussão e faz ser possível ter aliados de todos os tipos nas disputas territoriais², amalgamando Ocupação e Direito Ambiental como uma luta incluyente pelo Direito à Cidade. Direito esse para todos os seres.

Na cidade de Belo Horizonte é exemplar para se entender as questões acima levantadas a disputa que ocorre entre os moradores que defendem um parque na Mata do Planalto, região da Pampulha, e a construtora Rossi. Com extensa área verde e vegetação remanescente da Mata Atlântica, e várias nascentes no terreno, essa mata é a única grande área verde na região norte de Belo Horizonte e sofre pressão para ser ocupada com 918 unidades habitacionais e 1.512 vagas de garagem. O direito à cidade para os não-humanos aliados aos não-humanos é disputado com o mercado imobiliário.

Belo Horizonte, diferentemente da maioria das cidades brasileiras, foi uma cidade que nasceu a partir de um projeto. Projetada para ser o lugar moderno da república, foi construída sobre o arraial

² Como exemplo podemos citar no projeto do Parque das Ocupações do Barreiro que teve como proposta o plantio de espécies imunes ao corte junto aos moradores territorializando essa aliança.

de Curral D’el Rey e tinha em seu desenho a proposta de fazer desaparecer, ou esquecer, sua marca colonial e rural. Para tal, era preciso desfazer-se dessa memória colonial, para época arcaica e caótica, e fazer surgir a forma higiênica, moderna como marco de outra civilidade: a moderna (BRAGANÇA, 2021). O projeto do engenheiro Aarão Reis foi dividido em zonas concêntricas: urbana, suburbana e rural. Ele previu uma expansão da cidade do centro para a periferia, ao contrário do que realmente aconteceu. As zonas suburbana e rural foram ocupadas primeiro pela moradia operária, em razão dos altos preços dos terrenos da zona urbana. “Nessas zonas não planejadas, os assentamentos, a despeito do projeto, guardavam na memória, nos costumes e nos espaços da cidade, as vivências que aproximam todos os seres sejam eles humanos ou não”. Na década de 1940, a cidade recebeu o título de “cidade jardim”³. Esse título se deve aos impactos do crescimento econômico e da administração desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que transformaram ainda mais o espaço urbano de Belo Horizonte. “Todavia o jardim que se pretendia desde o seu projeto era republicano — higiênico, controlado e delimitado — e afastado do jardim colonial e rural do arraial — diverso, não hierarquizado e com pouco controle”. O projeto proposto, em sua origem, desconsiderava outros cosmos presentes. A sustentabilidade e o pensamento ambiental já se iniciam em Belo Horizonte como imposição (BRAGANÇA, 2021).

Entretanto, desde a década de 1990, o poder público passou a empreender esforços na direção de um entendimento dos instrumentos de projeto, planejamento e gestão mais inclusivo, que consi-

³ A concepção de Cidade Jardim é baseada no pensamento de Ebenezer Howard.

dera todos os agentes presentes no território. A elaboração do Plano Diretor de 1996 foi pautada pela participação e integração entre diversos aspectos urbanos, além de alguns representantes da população, abrindo possibilidades para uma gestão urbana mais flexível e dinâmica. Como proposta de gestão participativa para a cidade de Belo Horizonte que pretende alargar o círculo das decisões políticas é relevante destacar também o Orçamento Participativo (OP) de Belo Horizonte que foi implantado em 1993 e teve sua primeira edição em 1994.

Ao longo dos anos, o formato do OP sofreu algumas alterações, como por exemplo: houve a criação do Orçamento participativo para habitação de cuja dissidência surgiu a primeira Ocupação na cidade; intercalado com a participação no OP cidade e OP habitação; a adoção do sistema de unidades de Planejamento (UP) e do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), separando em propostas distintas as moradias e a cidade além dos não-humanos que eram denominados meio ambiente. E por fim, ainda, ocorreu a vinculação do Plano Global Específico (PGE) ao Orçamento Participativo. Na metodologia atual utilizada pelo Orçamento Participativo Regional, a sua submissão acrítica às deliberações contidas no PGE é um desafio a ser superado, pois a limitação das demandas nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), por meio do PGE, leva a um congelamento e a um controle das manifestações populares. Embora seja necessário agregar ao OP um instrumento de planejamento, esse instrumento deveria seguir a mesma lógica do OP, aberta a proposições e mudanças além de integrar vários agentes (BRAGANÇA, 2005).

Há também uma contradição marcante na vida cotidiana e em seu planejamento por órgãos oficiais em Belo Horizonte: proble-

mas que afetam a todos são tratados individualmente, e há uma incapacidade de se agir coletivamente na direção de questões de caráter comum. Tal situação é reforçada por um excessivo desvinculamento, no planejamento, das questões da vida urbana entre si entendido aqui como Macroplanejamento Desintegrado que parte de uma totalidade imaginária, afastada da cidade real, mas que tem a ilusão de integrar todos os fatores urbanos. A própria estrutura organizacional também separa em “caixas” o pensamento sobre a cidade. Suas soluções são baseadas em modelos, ou esquemas ideais, concebidos a priori para assuntos desvinculados de outros. Esse procedimento tende a submeter a realidade pela força e a privilegiar alguns fatores estratégicos como a circulação (BRAGANÇA, 2005). A cidade real e suas possibilidades desaparecem. Para que a cidade siga sendo construída para o mercado imobiliário, é importante também transformar não-humanos em mercadoria, privatizando espaços comuns, o que é reforçado pela situação descrita e pela ideia de natureza.

Os pressupostos de projeto adotados pelo planejamento oficial, de maneira geral, seguem sequências metodológicas lineares: diagnóstico, projeto e construção, podendo acarretar em uma falsa leitura do que acontece no espaço em questão, visto que as existências e vivências são desconsideradas. Além disso, os elementos como água, vegetação são entendidos como elementos a serem controlados. A partir de um consenso produzido artificialmente, formula-se uma proposta. Dessa forma há uma tendência a promover, um controle técnico centralizado sobre a produção do espaço, onde as vivências, a origem rural de alguns desses territórios e as invenções cotidianas são sequer motivo de atenção. É exatamente por isso, para se identificar e evidenciar de forma mais ampla a relação dos moradores

com o território vivido, inclusive a porção considerada “natureza”, que atos e objetos precisam ser cartografados tendo como base outros pressupostos e outras ferramentas de campo. Os agentes não-humanos e suas interações com os humanos também não são tomados como relevantes, reforçando o domínio sobre os elementos naturais que caracterizam as propostas. Englobar também os não-humanos e suas agências é um desafio ainda mais expressivo que se coloca ao planejamento (BRAGANÇA, 2021) e é buscado na extensão.

A atuação do programa teve início com dois projetos distintos. No projeto de extensão Natureza Urbana destacam-se propostas de atuação junto aos movimentos ambientais na cidade de Belo Horizonte: Fica Ficus, Parque Jardim América e defesa da Mata do Planalto e a criação da Rede Verde que integrava esses movimentos e também movimentos de outras cidades como o Ocupa Estelita do Recife e o Parque Augusta de São Paulo em troca de experiências periódicas. No projeto de extensão Cartografias do Comum destacam-se propostas de atuação junto aos movimentos de luta pela moradia e as ocupações urbanas, se baseando em soluções do território, bem como no desenvolvimento do método cartográfico. A partir de um encontro que ocorreu no VAC (Verão Arte Contemporânea 2016) onde estavam os projetos Natureza Urbana e Artesanias do Comum, que hoje integram junto ao projeto Cartografia das lutas o Programa Natureza Política, a atuação junto às Ocupações Urbanas iniciou-se no Barreiro no vale do Jatobá com Projeto do Parque das Ocupações. Foi nesse momento em que as lutas ambientais, conduzidas principalmente pela classe média, encontraram a luta pela moradia e as populações mais vulneráveis. Desse encontro nasce a premissa de atuação do programa: a hibridação dessas pautas pelo Direito à Cidade como forma de

reforço mútuo.

As reflexões e a história de nossa atuação na extensão universitária apresentadas acima nos fez propor as questões para o debate do capítulo, questões essas que perpassam tanto a atuação da extensão do Programa Natureza Política quanto às pesquisas com as quais ela faz interface. Esse livro é uma forma de ampliar e estender para fora do grupo esse conhecimento e questionamento produzido e também de aprender com os colegas fomentando o debate e a produção de conhecimento. As questões discutidas na primeira parte do livro Rupturas e Reparações foram: Com base nas colocações, ainda é pertinente pensar em natureza para falar dos seres vivos? Considerando que a sustentabilidade está hoje associada a bases econômicas e à manutenção das explorações coloniais, é possível ainda recorrer a ela como uma forma de possíveis encontros e reparações? Quais outras ecologias são possíveis?

Referências

ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana**. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015, p. 57-67. BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BRAGANÇA, Luciana S. **Do planejamento da circulação ao microplanejamento integrado**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAU, Escola de Arquitetura, Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BRAGANÇA, Luciana Souza. **Jardins possíveis**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAU, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BRAGANÇA, Luciana Souza.; RODARTE, Clarisse F. M. Pereira. **Memória, natureza e cidade**. In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/memoria--natureza-e-cidade-?lang=pt-br>> Acesso em: 08 jul. 2021.

COSTA, Heloisa S. M. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura**. In: HISSA, Cassio Eduardo Viana (Org.): Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 79-107.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **De baixo, pela esquerda e com a terra**. 2016. Disponível em:<https://singa2017.wordpress.com/2016/12/01/de-baixo->

-pela-esquerda-e-com-a-terra/.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

HISSA, Cassio E. V. **Cidade e Ambiente: dicotomias e transversalidades**. In: Cassio Eduardo Viana (Org.): Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 259-281.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiplicidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

HERZOG, Cecília Palacow. **Cidade para todos: reaprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X, Inverde, 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LOPES, Marcela S. Brandão. **Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes**. 2015. 276 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>> Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, Marcela S. Brandão; BRAGANÇA, Luciana Souza; BARBOSA, Marcus; AMARAL, Mayumi; RENA, Natacha. **Tecnologia social biopotente: Parque das Ocupações e extensão universitária**. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32896>>. Acesso em: 10/08/2019.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> 2018.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004.

PELBART, P. P. **A comunidade dos sem comunidade**. IN: Vida Capital, Ensaio de Biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. São Paulo: Record, 2016.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.